



História do Português Brasileiro

Ataliba T. de Castilho
(coordenador geral)

VOLUME X

DIALETAÇÃO E POVOAMENTO: DA HISTÓRIA LINGUÍSTICA À HISTÓRIA SOCIAL

Jânia M. Ramos
Marilza de Oliveira
(coordenadoras)



editoracontexto



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
<i>Jânia M. Ramos e Marilza de Oliveira</i>	
INTRODUÇÃO.....	11
<i>Jânia M. Ramos e Marilza de Oliveira</i>	
VETORES DE HOMOGENEIDADE E HETEROGENEIDADE: QUESTÕES LINGUÍSTICAS.....	46
<i>Marilza de Oliveira e Jânia M. Ramos</i>	
VOZES E LETRAS: NOTÍCIAS DE FALAS E DE ESCRITOS DE CRIoulos E AFRICANOS NO BRASIL DO SÉCULO XIX	78
<i>Tania Alkmim</i>	
URBANIZAÇÃO E INTERVENÇÃO LINGUÍSTICA NO BRASIL (1950-1960).....	106
<i>Marlos de Barros Pessoa</i>	
SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS PAULISTA NOS SÉCULOS XVI E XVII: A PRESENÇA DE JUDEUS NA COLONIZAÇÃO DE SÃO PAULO	124
<i>Célia Maria Moraes de Castilho</i>	
CONSTRUÇÕES-SE EM ANÚNCIOS DE REVISTAS PAULISTANAS: UM DIÁLOGO ENTRE A LINGUÍSTICA E O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO.....	152
<i>Giovanna Ike Coan</i>	
A ORDEM VERBO-SUJEITO NO MERCADO LINGUÍSTICO REPUBLICANO	182
<i>Priscilla Barbosa Ribeiro</i>	
A ELITE PAULISTANA E O SUJEITO PLENO: OS MESQUITA	202
<i>Hélcio Batista Pereira e Maria Alice Rosa Ribeiro</i>	
ÊNCLISE PRONOMINAL NA FATURA LINGUÍSTICA DO IMPÉRIO E DA REPÚBLICA	232
<i>Marilza de Oliveira</i>	

(IM)PRENSA E MUDANÇA LINGUÍSTICA: PERIÓDICOS DE OURO PRETO (1850-1900)	256
<i>Elaine Chaves</i>	
A RELAÇÃO ENTRE DIALETOLOGIA E HISTÓRIA: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA O ESTUDO DO PORTUGUÊS USADO EM MINAS GERAIS	280
<i>Ana Paula Antunes Rocha e Francisco Eduardo de Andrade</i>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	303
OS AUTORES	331

APRESENTAÇÃO

Jânia M. Ramos
Marilza de Oliveira

O presente volume trata da história social do português brasileiro. Tal como outras investigações que adotam esse ponto de vista, buscamos priorizar a experiência do homem comum “e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – sociais – na explicação histórica” (Castro, 1997: 54). Assim sendo, as mudanças linguísticas ocorridas na língua portuguesa em uso no Brasil, que constituem nosso objeto de investigação, serão analisadas levando-se em conta seus agentes e as condições políticas, econômicas e sociais em que foram produzidas, adotando-se uma abordagem interdisciplinar.

O tema da formação do português brasileiro vai-se desenvolver como um caso de expansão dialetal da língua portuguesa, o que significa conceber o português brasileiro como um *novo dialeto*, resultante do contato entre diferentes dialetos da língua portuguesa que, após um período de acomodação, sofreu um processo de mistura dialetal e nivelamento, como propôs Trudgill (1999) para outras línguas.

Para sustentar tal concepção, torna-se imprescindível revisitar estudos empíricos que tenham identificado marcas dialetais e/ou tenham documentado processos de mudança linguística, e identificar os agentes das mudanças, as respectivas áreas geográficas por eles habitadas e as datações dos respectivos fenômenos analisados. Para alcançar tais objetivos, solicitamos contribuições de colegas, que, reunidas neste volume, são apresentadas como capítulos. Em decorrência desse propósito, cada capítulo buscou adotar um formato em que inicialmente é identificado um fenômeno linguístico em mudança, em uma área geográfica específica, num período de tempo claramente definido, contextualizado política e socialmente.

Nosso foco, portanto, é definido com base num conjunto de falantes, um fenômeno linguístico atestado, observado dentro de uma determinada conjuntura social e política. Diferenciando-se de outros trabalhos sobre história do português brasileiro, o leitor não encontrará aqui narrações que se baseiam em dados indicadores de densidade demográfica de diferentes locais, recolhidos

em diferentes períodos de tempo, considerados autoexplicativos de processos linguísticos. Também não serão elencados grandes eventos políticos nem legislações, ambos tomados como condicionadores diretos de mudanças linguísticas. O balizamento do eixo temporal, século por século, será também evitado. A rejeição a essas escolhas visa, em primeiro lugar, a evitar o surgimento de lacunas difíceis de preencher, por exemplo, buscar justificações para correlações de causa e efeito entre percentuais de densidade demográfica por cor/qualidade e fatos linguísticos. Em segundo lugar, visa a evitar a utilização de parâmetros que, de um modo ou de outro, homogeneizam o que é diverso: por exemplo, usar como argumento a grande extensão do território brasileiro ou a superioridade populacional do Brasil em relação a Portugal referindo-se a épocas nas quais tanto a extensão quanto a população eram muito inferiores às atuais. Em outras palavras, buscou-se evitar anacronismos.

Cientes das dificuldades e dos desafios que nossa proposta nos impõe, passemos a uma breve síntese de cada um dos capítulos que se seguem. Na “Introdução”, as coordenadoras do volume explicitam sua proposta de análise e os pressupostos teórico-metodológicos adotados.

No primeiro capítulo, “Vetores de homogeneidade e heterogeneidade: questões linguísticas”, Marilza de Oliveira e Jânia Ramos comparam traços linguísticos do português brasileiro com traços dos dialetos de Açores e Madeira. Apontam semelhanças e, com base em fatos históricos, documentam a presença de imigrantes das ilhas desde o século XVI.

No capítulo “Vozes e letras: notícias de falas e de escritos de crioulos e africanos no Brasil do século XIX”, Tania Alkmim descortina comportamentos linguísticos de africanos e afrodescendentes no Brasil do século XIX. A partir de uma amostra constituída de textos literários e anúncios de fuga de escravos publicados em jornais no século XIX, a autora compara duas categorias de escravos: aqueles originários da África (africanos) e aqueles nascidos no Brasil (crioulos). O trabalho centra atenção nas particularidades linguísticas de cada uma dessas categorias, identificando aspectos fonéticos, morfossintáticos e interacionais.

No capítulo “Urbanização e intervenção linguística no Brasil (1950-1960)”, Marlos de Barros Pessoa argumenta que discussões sobre padronização linguística em jornais de Recife no período de 1950 a 1960 manifestam conflitos entre homens do campo e homens da cidade. O processo de urbanização em Recife oportunizou embates entre representantes da tradição rural e representantes do nacionalismo desenvolvimentista. Apenas a esses últimos associava-se o padrão linguístico adotado pelos jornais.

No capítulo “Sócio-história do português paulista nos séculos XVI e XVII: a presença de judeus na colonização de São Paulo”, Célia Maria Moraes de Castilho investiga o dialeto de um grupo social: os judeus que vieram para o Sudeste da colônia nos séculos XVI e XVII, fugindo da Inquisição.

No capítulo “Construções-*se* em anúncios de revistas paulistanas: um diálogo entre a Linguística e o contexto sócio-histórico”, Giovanna Ike Coan analisa as construções com “*se*” em anúncios publicitários do início do século XX e observa que, em contextos ambíguos, o pronome “*se*” pode indicar pessoalidade ou impessoalidade. A classe popular e a elite interpretam diferentemente o destinatário do anúncio.

No capítulo “A ordem verbo-sujeito no mercado linguístico republicano”, Priscilla Barbosa Ribeiro verifica o alto índice de frequência da ordem não canônica vs (verbo-sujeito) em textos produzidos na Escola Normal, entre os séculos XIX-XX. A autora credita esse alto índice à reprodução de *habitus* linguístico de seus atores sociais, os professores e diretores vinculados à Faculdade de Direito, lugar que privilegia a escrita formal. A reprodução do *habitus* linguístico da Faculdade de Direito distendeu a diferença entre a escrita e a fala naquela época e ampliou o fosso entre grupos sociais.

No capítulo “A elite paulistana e o sujeito pleno: os Mesquita”, Hércius Batista Pereira e Maria Alice Rosa Ribeiro analisam a realização do sujeito sentencial em cartas pessoais da elite paulistana do início do século XX e observam alta frequência de sujeitos não nulos. Os autores chamam a atenção para o fato de que, não obstante a entrada maciça de imigrantes europeus, cujas línguas têm o traço de sujeito nulo, a elite paulistana não opta por essa realização gramatical. A explicação aventada é de que a elite paulistana deu continuidade ao processo de realização pronominal que estava em andamento no seu próprio dialeto, ao qual estava afeita por várias razões e manteve-se distante da fala estrangeira.

No capítulo “Ênclise pronominal na fatura linguística do Império e da República”, Marilza de Oliveira investiga a colocação pronominal em orações infinitivas preposicionadas colhidas em discursos parlamentares do século XIX. O crescimento do uso de ênclise ao longo do século XIX, independentemente de condicionadores linguísticos, revela não apenas uma desvinculação entre português culto do Brasil e aquele usado em Portugal, em que a ênclise se restringe ao contexto linguístico de uso da preposição “*a*”, mas também a sua adoção como marcador de diferença de posição política.

No capítulo “(Im)pressa e mudança linguística: periódicos de Ouro Preto (1850-1900)”, Elaine Chaves investiga as razões pelas quais, ao final do

século XIX, ocorreu um grande número de mudanças gramaticais no português brasileiro. Conclui que a liberação do funcionamento da imprensa jornalística, ocorrida nos anos 20 daquele século, abriu um novo espaço de produção escrita que pôde ser ocupado por sujeitos provenientes de segmentos sociais até então excluídos.

No capítulo “A relação entre Dialectologia e História: reflexões teórico-metodológicas para o estudo do português usado em Minas Gerais”, Ana Paula Antunes Rocha e Francisco Eduardo de Andrade problematizam uma correlação que é central em estudos geolinguísticos: a correlação entre espaço e variação linguística. Os autores buscam mostrar que, ao tomar-se como ponto de partida uma configuração político-administrativa, reiteram-se ou reforçam-se interesses que levam a uma interpretação convencional, a qual deixa escapar leituras mais condizentes com os objetos investigados, isto é, leituras capazes de evidenciar correlações entre o fenômeno linguístico e mudanças político-sociais operadas naquele espaço, no decorrer do tempo.

Um ponto em comum entre os capítulos é a tentativa de sustentar que escolhas entre opções linguísticas espelham conflitos entre grupos sociopolíticos. Os grupos representados nas discussões são os madeirenses e açorianos nos períodos iniciais de povoamento do Brasil, os africanos, representação na literatura; as pessoas da zona rural ao chegarem a centros urbanos; os judeus, cuja presença contribuiu na formação do Brasil; a elite paulistana, em suas manifestações no século XIX; e, finalmente, o enfoque desses grupos na discussão dos conflitos sociais subjacentes às isoglossas geolinguísticas.